

# Por uma política econômica

28 MAI 1987

Luiz Paulo Marinho Nunes

O desgaste político do Governo nos últimos meses torna imperiosa uma revisão das "restrições políticas" a um efetivo plano de estabilização com o reconhecimento de que novas reformas econômicas só funcionarão se as fontes primárias de propagação inflacionária forem atacadas de frente. É inútil neste momento pensar em saídas "heterodoxas" para a crise, que transmitam à sociedade a falsa idéia de um processo de ajustamento indolor.

A principal lição do Plano Cruzado é que congelar preços e salários e mudar o padrão monetário não confere por si só credibilidade e tampouco define uma política econômica de combate à inflação. Para tanto, austeridade fiscal e monetária são pré-requisitos indispensáveis. Entretanto, o arcabouço institucional sobre o qual devem operar necessita de urgente revisão. O ponto de partida — se é que o Governo almeja de fato a reversão das expectativas inflacionárias e um entendimento nacional — é o setor público.

As reformas que recuperarão a credibilidade do Governo e definirão uma orientação à política econômica deverão estar centradas em quatro pontos principais: corte de gastos correntes do setor público, reforma tributária abrangente, criação de um Banco Central independente do Tesouro Nacional e criação de incentivos à entrada de capitais externos de risco.

Um significativo corte de gastos públicos correntes configuraria a base de um "choque de credibilidade", na medida em que romperia com a política econômica anterior, em que se reconheciam os malefícios e as origens de perpetuação do desequilíbrio fiscal, mas, ao mesmo tempo, não se demonstrava disposição política para reduzi-lo.

Paralelamente, dar-se-ia início a uma ampla reformulação das finanças públicas, objetivando alterar a médio prazo a estrutura do setor público brasileiro. Neste sentido, seria imprescindível que se desse partida, no prazo mais curto possível, ao processo de substituição de investimento público na área produtiva, selecionado em grande medida por critérios políticos — a Ferrovia Norte-Sul é o exemplo mais recente —, pelo investimento privado, selecionado por critérios econômicos e, portanto, mais rentáveis, através da privatização e/ou desativação de empresas estatais ineficientes, de forma a abrir espaço para que os recursos públicos fossem alocados para aquelas atividades de competência própria do Estado (educação, saúde, saneamento, infra-estrutura de serviços etc.).

Far-se-ia urgente, também, uma reforma tributária que, ao invés de tão-somente ajustar a receita a patamares superiores de gastos públicos — como foi o caso do "pacote" de julho de 1986, que criou o FND, e o de dezembro de 1985 denominado inclusive de Reforma Tributária —, visasse não só à criação de recursos, de forma a evitar o desestímulo à poupança e ao investimento privado e a estimular a troca de dívida por capitalização das empresas, mas, também, à promoção da descentralização de recursos da área federal

para os Estados e Municípios. Esta última objetivaria a maior eficiência econômica, na medida em que grandes projetos de investimento público — intensivos em capital e tecnologia — fossem substituídos por projetos de maior produtividade social e intensivos em mão-de-obra.

O estabelecimento de um Banco Central constitucionalmente independente seria, também, premissa básica a este processo de reordenamento do setor público. O Brasil é um país com excelentes oportunidades de investimentos, mas com escassez de poupança. No entanto, a emergência de uma oferta de recursos para o financiamento a longo prazo da atividade produtiva, antes de passar pela criação de instrumentos tais como contratos de créditos com repactuação periódica de taxas de juros, conforme se imaginava à época da edição do Plano Cruzado, não prescinde de medidas institucionais do porte da supracitada, que confirmem autonomia à condução da política monetária e sejam, portanto, balizadoras de expectativas de longo prazo de maior estabilidade no crescimento da moeda e dos preços.

Por fim, esgotado o modelo de crescimento econômico com base no endividamento externo, vislumbra-se o incentivo à atração de capitais de risco — principalmente através de mecanismos de conversão de dívida em investimentos — como a melhor estratégia para garantir a apropriação de parcelas de poupança externa ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Neste sentido, os benefícios de uma ampla reformulação do setor público se faria sentir também sobre a atratividade externa da economia brasileira, já que a ampliação da área de atuação do investimento privado, concomitantemente à eliminação de restrições à importação de capitais de risco, atuaria para reduzir a escassez cambial, gerar empregos e ampliar o mercado nacional de bens comerciáveis internacionalmente.

A abrangência das reformas estruturais que se impõem deixa antever que o resultado econômico mais importante — a estabilidade da taxa de crescimento econômico e do nível de produção e emprego — só se faria sentir, de forma mais pronunciada, ao longo do tempo, ao passo que o retorno à estabilidade de preços permitisse a retomada do investimento privado. No curto prazo, entretanto, a desaceleração no ritmo da atividade econômica se faria compensada por uma queda imediata da taxa de inflação, eliminando, em consequência, a combinação perversa de aceleração inflacionária e recessão econômica que a ausência de uma política econômica coerente deixa hoje antever. Esta queda da inflação se daria por via da reversão das expectativas inflacionárias — lastreadas na presteza com que se executassem as reformas —, e assim seria tanto maior quanto mais expressivas estas se mostrassem, portanto, minimizando os efeitos adversos do ajuste no curto prazo.

É hora de se ajustar o horizonte dos projetos e ambições políticas às reais prioridades econômicas e sociais do país.

Luiz Paulo Marinho Nunes, PhD em Economia pela Universidade de Chicago, é diretor da Lecca DTVM S/A